

Do jovem, para o jovem: estudo da identidade juvenil na Pastoral da Juventude*

Edilair José dos Santos**
Antônio Fernandes Júnior***

Resumo

Este estudo propõe analisar a construção de identidades a respeito do jovem no documento 44, intitulado “Pastoral da Juventude no Brasil”, cujo objetivo é evangelizar a juventude a partir da doutrina cristã católica. O *corpus* do trabalho constitui-se de enunciados do documento citado, que indicam construções identitárias direcionadas a esse público como estratégia de subjetivação. Interessa-nos analisar como a prática discursiva da Pastoral objetiva, por meio de mecanismos linguísticos, um perfil de identidade para o jovem, levando-o a se constituir como sujeito de uma identidade religiosa.

Palavras-chave

Identidade; discurso; sujeito; Pastoral da Juventude.

Abstract

This study aims to analyze the construction of identities on the young person in the document 44, entitled “Youth Ministry in Brazil”, whose objective is to evangelize the youth in a Christian doctrine. The *corpus* of this study is composed of statements from this document which indicate identity constructions oriented towards this public as a strategy of subjectivation. We are interested in analyzing how Ministry’s discursive practice targets, through linguistic mechanisms, a profile of identity to the young person, leading this person to constitute himself/herself as the subject of a religious identity.

Keywords

Identity; discourse; subject; Youth Ministry.

* Este artigo é oriundo do projeto “A (trans)formação do discurso da Pastoral da Juventude do Brasil (PJB): da ditadura militar ao século XXI”, desenvolvido no Programa de Mestrado em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão (PMEL/UFG-CAC)

** Aluno no Programa de Mestrado em Estudos da Linguagem, da Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão (UFG/CAC).

*** Doutor em Estudos Literários pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Professor Adjunto na Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão.

Introdução

Inserida no contexto da instituição Católica e seguindo as técnicas cristãs, a Pastoral da Juventude (PJ), surgida nos 1970 no Brasil, constrói-se como uma tendência da Igreja Católica que, atravessada por princípios políticos e religiosos, busca evangelizar o jovem por meio de práticas sustentadas por ideais cristãos e marxistas, vinculados a Teologia da Libertação, como tentativa de levar a juventude à ação política. Como encaminhamento dessa questão, a PJ propõe diretrizes gerais em que se delineia, passo a passo, como deve ser esse processo de evangelização e construção político-religiosa do jovem.

As diretrizes gerais de construção dessa ação evangelizadora no Brasil podem ser encontradas no Documento 44, publicado em 1986, cuja característica central é definir os rumos que a juventude deve seguir, na década de 1980, para se constituir como sujeito de uma identidade religiosa calcada nos preceitos cristãos. Para tanto, neste documento, encontramos um método de evangelização que procura garantir os encaminhamentos básicos que, uma vez seguidos, levarão os jovens a se reconhecerem como “protagonistas de sua própria história”. Para tanto, o Documento 44 (CNBB, 1986, p. 08-09) vê na juventude um segmento “marginalizado” que, segundo essa doutrina, precisa receber uma formação que modifique essa condição “marginalizada”.

Nesse sentido, este estudo visa refletir sobre esse movimento de (re)construção identitária do jovem, via PJ, a partir de enunciados que o objetivam como um sujeito marginalizado socialmente; ao mesmo tempo, indicam uma possibilidade de mudança identitária que pode levá-los a se conscientizarem de sua condição e modificarem sua conduta, buscando a transformação da igreja e da sociedade.

A partir dos estudos de Hall (2011), Woodward (2011) e Silva (2011) pretendemos analisar os enunciados do documento 44 que apontam as diretrizes da PJ para a evangelização da juventude na década de 1980 do século XX. Para tanto, recorreremos, também, aos estudos de Michel Foucault sobre o discurso e o sujeito, acionados via Análise do Discurso (AD) de Linha Francesa, como forma de problematizar a construção identitária do jovem em enunciados da PJ. Esse diálogo teórico se justifica, pois tanto a noção de identidade se caracteriza pela sua característica movente e cambiante como o conceito de sujeito em AD, também, concebido como

plural, fragmentado, marcado pela histórica e pela interação com o outro que lhe é constitutivo.

Identidade, identidades: reflexões

A discussão sobre o conceito de identidade tem mobilizado vários campos do conhecimento, tais como a Antropologia, a Psicologia, a Sociologia, Filosofia, Psicanálise, os Estudos da Linguagem, etc., possibilitando diversas abordagens e perspectivas de análise. Porém, segundo Gregolin (2008, p.83), todas estas áreas concordam que a “ ‘identidade’ é um processo que se desenvolve e se transforma com a História segundo as concepções de sujeito.” Ainda sobre o sujeito, a autora diz que este é fragmentado, constituído por várias identidades por vezes contraditórias e não resolvidas. Essa afirmação da autora citada nos direciona para o diálogo entre o conceito de identidade abordado pelos Estudos Culturais e a noção de sujeito discursivo abordada pelos estudos da AD¹, principalmente, pela dimensão fragmentada, múltipla e indefinida, característica desses conceitos para estas áreas do conhecimento. Pensar a identidade do ponto de vista da AD implica problematizá-la junto à noção de sujeito nos embates entre saber e poder construídos historicamente.

Segundo Hall (2006), a pós-modernidade, denominada por ele de modernidade tardia, possibilita o surgimento de um novo conceito de identidade em que há o surgimento de identidades contraditórias, plurais e fragmentadas. Para esse autor, a globalização é uma das principais causas das mudanças e interferências culturais, pois esse processo diminui as distâncias, aproxima as nações, facilita a comunicação e a interferência cultural e linguística que apontam para a construção de novas identidades.

No contexto das sociedades pós-modernas, essas identidades são concebidas como transitórias, heterogêneas e fragmentadas. Por isso, partindo dos preceitos de Hall

¹ A Análise do Discurso (AD) surgiu em um contexto de pesquisas na década de 1960 do século XX, cuja preocupação era problematizar o funcionamento da linguagem para além do nível da frase. Nesse ínterim, tais estudos, vinculados aos trabalhos de Michel Pêcheux na França, passaram a refletir sobre a relação língua – história – sujeito, articulando Linguística, Materialismo Histórico e Psicanálise. Nessa trajetória de mais de meio século de existência, esse campo disciplinar sofreu alterações, revisões conceituais e mudanças metodológicas. Não cabe aqui desenvolver essa história, mas pontuar que essa área de estudos da linguagem, em sua dimensão discursiva, constitui-se como um excelente dispositivo de interpretação de leitura. Esse caráter transdisciplinar vinculada a AD aciona modos de leitura múltiplos e produtivos, sobretudo por permitir “gestos de leitura” que deslocam os objetos de estudos de seus lugares tradicionais. Para maiores informações, ver Gregolin (2004), Malidier (2003), Pêcheux (1993).

(2006), não se pode referir a uma identidade, mas a identidades que são frutos dessa relação imediata e transitória, construída por diversos elementos culturais e linguísticos.

A sociedade pós-moderna está em constante transformação identitária, processo produzido, principalmente, pela ascensão da globalização, cujas influências culturais são visíveis. Diversas alterações ocorreram e continuam acontecendo no Globo. Nações inteiras, historicamente consolidadas, sofrem transformações culturais gerando crise de identidades hegemônicas até então. Seguindo essa linha de pensamento, Rolnik (1997) argumenta que o fenômeno da globalização da economia, juntamente com as mudanças provocadas pelas novas tecnologias, sobretudo a mídia eletrônica, conseguem aproximar universos culturais completamente diferentes, localizados em qualquer ponto do planeta, de forma cada vez mais rápida. Para essa autora, “as subjetividades, independentemente de sua morada, tendem a ser povoadas por afetos desta profusão cambiante de universos; uma constante mestiçagem de forças delinea cartografias mutáveis e coloca em cheque (*sic*) seus habituais contornos” (ROLNIK, 1997, p.19).

Tais elementos contribuem para que a construção identitária seja deslocada e desestabilizada a partir do encontro com o outro, com o diferente. Mas ao mesmo tempo em que essas questões poderiam indicar, conforme a autora, para uma “democratização em tempo real”, a mesma globalização que (re)força a mistura e “pulveriza as identidades”, cria *kits* de perfis-padrão de identidades facilmente consumíveis pelos sujeitos, atendendo à lógica do mercado e desconsiderando a diversidade geográfica e cultural. “Identidades locais fixas desaparecem para dar lugar a identidades globalizadas flexíveis que mudam ao sabor dos movimentos do mercado e com igual velocidade” (ROLNIK, 1997, p. 20). Nesse sentido, as mudanças econômicas propiciadas pela globalização e pela mídia eletrônica contribuem para a formatação da identidade, para a criação de subjetividades vinculadas à lógica do mercado. Essas questões são visíveis em todos os campos da sociedade, seja na moda, nas dietas, na publicidade, ou na literatura de autoajuda que disciplinariza sujeitos e contribui para a fabricação de indivíduos dóceis.

Stuart Hall remete às palavras de Marx e Engels para referir-se à transitoriedade das sociedades pós-modernas, quando indica que

é o permanente revolucionar da produção, o abalar ininterrupto de todas as condições sociais, a incerteza e o movimento eternos... Todas as relações fixas e congeladas, com seu cortejo de vetustas representações e concepções, são dissolvidas, todas as relações recém-formadas envelhecem antes de poderem

ossificar-se. Tudo que é sólido se desmancha no ar... (Marx e Engels, 1973, P.70 *apud* HALL, 2006, p. 14)

Essa discussão sobre a chamada “crise da identidade” merece, também, uma ressalva, pois nem todas as pessoas vivenciam a mesma temporalidade histórica², nem experimentam as mesmas “revoluções digitais/globais” ao mesmo tempo. “Sujeitos inseridos num mesmo momento histórico podem viver diferentes temporalidades, conforme a relação que eles mantêm com os saberes instituídos e legitimados numa sociedade” (NAVARRO, 2008, p. 60). Do mesmo modo, essa “crise de identidade”, tal como fora referendada por Hall, pode não ser experimentada por todas as pessoas ou, “talvez ser apagada por determinadas práticas discursivas identitárias, para as quais a ideia de um sujeito fragmentado não atende aos seus interesses” (NAVARRO, 2008, p. 60).

Junto a essa ressalva indicada por Navarro, podemos inferir, também, que a divisão de concepções de identidade realizada por Hall (2011), quando a define vinculada ao Iluminismo, à modernidade ou à pós-modernidade, pode receber um certo cuidado na apreciação crítica. Referimo-nos as simplificações que ocorrem em relação a discussão feita a partir dos estudos deste autor, principalmente naquelas que definem o sujeito e a identidade iluminista como algo centrado/unificado e o pós-moderno, descentrado/fragmentado. Vemos nessas afirmações a seguinte questão: seria o sujeito iluminista centrado/unificado ou as concepções teóricas daquele momento é que concebiam o sujeito dessa forma? Não é o nosso olhar contemporâneo que vê a identidade de uma forma e não de outra? Concordo com Navarro quando este afirma que são as práticas discursivas de um dado momento histórico que apagam, constroem, legitimam ou dão visibilidades a dados saberes construídos historicamente.

Somos uma sociedade em movimento, cuja constante oscilação promove a constituição de identidades de transição, fruto de escolhas necessárias para a existência da própria sociedade. Uma das referências da não rigidez das identidades é a linguagem a qual pode representar, simultaneamente, a identidade e a diferença.

² Temporalidade histórica aqui pensada não exclusivamente a partir de um critério cronológico. Trata-se de uma descontinuidade da história que não afeta a todos os sujeitos em todos os lugares. Por exemplo, podemos falar da revolução digital, mas nem todas as pessoas vivenciam essa mudança nas relações sociais (NAVARRO, 2008).

Identidade e linguagem

As transformações socioculturais, apresentadas no tópico anterior, indicam mudanças significativas nas formas de comportamento dos indivíduos no mundo globalizado e incidem, diretamente, nos modos de vida construídos/fabricados no e pelo mundo globalizado, seja no campo afetivo ou profissional, no plano individual ou coletivo, etc. De um lado temos os padrões construídos pelo mercado; de outro, temos os modelos que construímos para nós mesmos a partir “do que nos é oferecido”. Não podemos entender essa “relação/negociação” como um gesto transparente ou pacífico, como se fosse um cardápio no qual se escolhe, diante das opções, o prato principal. Escolhemos? Somos escolhidos? Ou temos a ilusão da liberdade de escolha? A questão é mais complexa e necessita de problematizações que fogem aos propósitos deste estudo. Mas de uma forma ou de outra esse processo de construção identitária passa pelas questões de linguagem, pois é por meio da linguagem que os indivíduos se constituem em sujeito, assumindo para si uma ou mais identidades.

Por esse motivo, Silva (2011, p.76) define a identidade e a diferença como criações sociais e culturais, logo, construídas por meio de “atos de criação linguística”, ou seja, a identidade e a diferença sofrem alteração na e pela própria linguagem, justamente por não serem objetos da natureza. Assim, sobre a identidade e a diferença Silva (2011, p.76) afirma que

dizer que são o resultado de atos de *criação* significa dizer que não são "elementos" da natureza, que não são essências, que não são coisas que estejam simplesmente aí, à espera de serem reveladas ou descobertas, respeitadas ou toleradas. A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais (Grifos do autor).

Produzimos linguagens e construímo-nos por meio da linguagem em função dos posicionamentos que assumimos historicamente. Isso implica que os sujeitos envolvidos em situações de comunicação produzem linguagem a partir de um determinado lugar social e de uma dada historicidade constantemente atravessada pela identidade e pela diferença. Assim sendo, a linguagem representa a diferença por identificar aquele que a expressa, seja por meio de gestos, símbolos ou palavras.

A linguagem é socialmente construída conforme as posições ocupadas pelos sujeitos no processo enunciativo. Se a construção da(s) identidade(s) e a produção da linguagem estão ligadas às posições-sujeito que ocupamos, então elas não podem ser

compreendidas como categorias fixas ou centradas no ego, porque as posições que assumimos podem mudar de acordo com as circunstâncias nas quais nos encontramos; dependem de quem e para quem falamos. Por não serem estáveis, estáticas e nem produtos da natureza é que as identidades (e a linguagem) se transformam.

Ao discutir a natureza instável e indeterminada da linguagem, Silva (2011, p.80) pontua que “essa característica da linguagem tem consequências importantes para a questão da diferença e da identidade culturais. Na medida em que são definidas, em parte, por meio da linguagem, a identidade e a diferença não podem deixar de ser marcadas, também pela indeterminação e pela instabilidade”.

Portanto, ao estudarmos o funcionamento da linguagem, não o fazemos sem olhar para os sujeitos que transformam/criam identidades consoante aos seus posicionamentos assumidos na história, pois, segundo Woodward (2011, p. 39), as “identidades são produzidas em momentos particulares no tempo.” É por esse motivo que Gregolin (2008) propõe pensar a identidade enquanto efeito de sentido produzido pela/na linguagem.

Assim, novas identidades são constituídas, por exemplo, a partir das redes sociais das quais fazem parte, especialmente, os adolescentes e jovens cujas relações fazem surgir laços efêmeros de relacionamento. Esses grupos criam uma nova linguagem, própria deste meio e, simultaneamente, eclodem novas perspectivas de relações (GREGOLIN, 2008). Nesse contexto, há diferentes segmentos construtores de identidades transitórias. No meio da(s) juventude(s), além das redes sociais virtuais, podemos destacar as mais diversas igrejas que contribuem para o surgimento de identidades juvenis.

O crescimento das igrejas e o surgimento de novas denominações religiosas durante o século XX possibilitaram maior participação da juventude nesses segmentos religiosos. Fernandes (2011) afirma que devido ao desinteresse dos jovens pela política e outras organizações sociais, as igrejas tornaram-se um espaço de atuação da juventude, intensificando a disputa pela presença dos jovens nas igrejas. Ainda segundo Fernandes (2011), uma pesquisa realizada pelo IBASE/POLIS, em 2004, revelou o perfil religioso da juventude brasileira indicando que 42,5% dos jovens se envolvem

com atividades religiosas³. Esta participação da juventude nas igrejas permite criar identidades religiosas, pois os jovens, membros das igrejas, tornam-se instrumento de evangelização de outros jovens, os quais se identificam com as doutrinas de tais denominações religiosas.

A construção da identidade juvenil

A construção da identidade juvenil se dá conforme as relações sociais estabelecidas pela/na juventude. Atentas a isso, as religiões veem nos jovens um *locus* produtivo para renovação/manutenção de suas crenças e uma forma de construir identidades religiosas. Segundo Esteves e Abramoway (2007, p.21), “a juventude, por definição, é uma construção social, ou seja, a produção de uma determinada sociedade originada a partir das múltiplas formas como ela vê os jovens, produção na qual se conjugam, entre outros fatores, estereótipos, momentos históricos, múltiplas referências, além de diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo etc.” Nesse sentido, a juventude é uma categoria social determinada pela situação socioeconômica e cultural, a qual está em constante transição, assim sendo não há juventude, mas juventudes. De acordo com Novaes (2011, p.1)

a juventude é a fase da vida mais marcada por ambivalências. Ser jovem é viver uma contraditória convivência entre a subordinação à família e à sociedade e ao mesmo tempo, grandes expectativas de emancipação. Para a juventude acena-se com uma espécie de “moratória social”. Isto é, a juventude é vista como etapa de preparação, em que os indivíduos processam sua inserção nas diversas dimensões da vida social, a saber: responsabilidade com família própria, inserção no mundo do trabalho, exercício pleno de direitos e deveres de cidadania. [...] entre os jovens contemporâneos, há diferenças culturais e desigualdades sociais. Hoje já é lugar comum falar em “juventudes”, no plural. Em uma sociedade marcada por grandes distâncias sociais, são desiguais e diferentes as possibilidades de se viver a juventude como “moratória social”, tempo de preparação. A condição juvenil é vivida de forma desigual e diversa em função da origem social; dos níveis de renda; das disparidades socioeconômicas entre campo e cidade, entre regiões do mesmo país, entre países, entre continentes, hemisférios. (Grifos originais)

A afirmação de Novaes sobre a juventude vai ao encontro do que Hall afirma quando discute a construção social da identidade na pós-modernidade. Para este autor, “as identidades não são nunca unificadas; [...] singulares. Mas multiplamente

³ A pesquisa Juventude Brasileira e Democracia, realizada em 2004 pelo IBASE/POLIS [...] revelou que apesar da maioria de jovens no país ainda ser de Católicos Apostólicos Romanos (54,9%), é progressivo o crescimento da juventude evangélica (21,4%) – nesse total de evangélicos somam-se protestantes históricos, pentecostais e neopentecostais. Apenas 2% dos jovens se identificaram como ateus, indicando que o cenário religioso da juventude contemporânea apresenta mais jovens “sem religião” (14,3%) que as gerações anteriores. (FERNANDES, 2011, p.5)

construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos.” (HALL, 2011, p.108). Analogamente às palavras de Hall e Novaes, podemos observar que a compreensão do termo “juventude” deve ser vista a partir da ideia de multiplicidade, de pluralidade de situações vivenciadas por esta categoria, tanto no plano cultural quanto social. Por esse motivo, o estudo da juventude poderá envolver variáveis diferentes de um país a outro ou, em casos de países como o Brasil, de uma região a outra, considerando a diversidade sociocultural brasileira. Tudo isso nos indica um dado que merece destaque, qual seja, não estamos diante do mesmo tipo de sujeito, de um sujeito naturalizado ou universal, mesmo se tratando do público jovem. Pontuar a diversidade ou multiplicidade, quando se trata de identidade(s), como propõem Hall e Novaes, leva-nos a pensar nas diferentes experiências históricas do sujeito consigo mesmo ou do sujeito com a história.

Tendo em vista essas questões e atendendo aos interesses do presente estudo, propomos analisar a participação dos jovens na Igreja Católica, via Pastoral da Juventude, enquanto espaço de construção de identidades.

A Pastoral da Juventude no Brasil

A Pastoral da Juventude, cujo surgimento data de 1978, é uma organização de jovens da Igreja Católica ligada ao Setor Juventude da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). É importante destacar que a PJ não se originou do nada, há uma base que a sustenta e uma história que possibilita sua emergência. Antes da existência da PJ já existia organização de juventude católica, a Ação Católica Geral (ACG) que deu origem à Ação Católica Especializada, na década de 1960, a qual reunia a Juventude Agrária Católica (JAC), a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC).

Como recorte para este estudo sobre a juventude abordaremos a identidade juvenil, mais especificamente a identidade construída e desejada para o jovem no documento 44 - Pastoral da Juventude no Brasil – publicado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1986.

Diante desse propósito, a PJ trabalha com pequenos grupos, adotando uma metodologia para atingir os jovens em seus espaços específicos (escolas, universidades, bairros, zona rural, dentre outros), por entender que há juventudes que podem ser

tocadas pela proposta da PJ e, uma vez evangelizadas, passarão a formar outros jovens. Com isso, essa instituição propõe a evangelização através do próprio jovem, devidamente preparado para o exercício do ato de evangelizar, em diferentes espaços onde estão as juventudes, porém sem perder o contato com a Igreja, porque o “engajamento do jovem nos seus meios específicos não deve levá-lo a se afastar da comunidade eclesial. Ela deve ser, pelo menos, o lugar de celebração e reflexão da sua prática à luz da fé.” (CNBB, 1986, 36). Embora a proposta seja evangelizar os jovens que atuam na sociedade nos mais diversos espaços de organização, eles deverão seguir atuando também na Igreja, sem que esta perca o controle sobre os jovens.

Para tanto, a metodologia utilizada pela Pastoral visa a favorecer processos integrais de formação, pois entende que, além da formação espiritual, o jovem necessita de formação em todos os aspectos, de modo a garantir um equilíbrio de sua personalidade e uma integração consciente e madura ao mundo que o cerca, partindo também da compreensão das sociedades remotas. Assim sendo, a PJ explicita que, ao seguir seus ensinamentos cristãos, o jovem adquirirá uma formação tal que lhe garantirá uma tomada de consciência sobre seu papel na Igreja e na Sociedade. Dessa forma, propõe o atendimento a cinco dimensões: Personalização, Integração, Evangelização, Conscientização e Capacitação. Segundo CELAM (1997), a proposta da PJ considera que a formação dos jovens gera novas atitudes de vida e novas capacidades que permitam clarear seus projetos de vida tendendo à vida em comunidade e a intervenção de maneira eficaz para transformar a realidade. Porém, toda essa ação deverá ocorrer desde que cumpra as doutrinas católicas cristãs.

Em consonância com esse propósito, uma das características da Pastoral da Juventude é valorizar o protagonismo juvenil, ou seja, os jovens são os principais atores da evangelização dos jovens. Seguindo este contexto, as reuniões da Pastoral da Juventude apresentam-se com uma dinâmica e linguagem adequadas ao público a que atende – preferencialmente adolescentes e jovens de 13 a 24 anos – para atraí-lo às atividades da Pastoral. A metodologia adotada pela Pastoral da Juventude pauta-se na implementação do método denominado ver-julgar-agir, conforme o documento 44, que visa a levar o sujeito jovem a conhecer a realidade (ver), analisar criticamente a situação de vida em que se encontra (julgar) e a construir ações transformadoras dessa realidade (agir), permitindo a participação e avaliação efetiva do membro no processo pastoral.

A partir desta metodologia, essa instituição conduz as condutas da juventude, determinando a postura e o comportamento destes jovens junto à sociedade. Diante dos postulados da PJ, o jovem deve ser o protagonista da evangelização e deve agir como evangelizador de outros jovens. Portanto, a Pastoral funciona como um sistema de representação pois, segundo Silva (2011, p.91), “quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade.” Ancorados nas palavras de Silva, podemos dizer que, enquanto representante da juventude que faz parte da PJ, esta pastoral determina a identidade dos seus membros, pois a partir do momento em que os jovens a integram, eles deverão acolher os ensinamentos desta instituição e mudar sua(s) forma(s) de vida. Ao receber uma formação, através dos estudos pastorais, o jovem deverá exercer seu protagonismo evangelizando outros jovens.

Foucault (1995) referindo-se ao poder pastoral⁴ diz que esta autoridade soberana que é conferida às pessoas pelo poder pastoral deve servir ao bem comum. Como protagonista, o jovem da PJ será colocado a serviço da juventude, desde que cumpra seu papel de acordo com os ensinamentos pastorais, ou seja, desde que assuma uma identidade cristã, pastoral. Após receber a formação na PJ, os jovens internalizam os postulados da instituição e os reproduzem em suas ações práticas, de acordo com os princípios desta organização.

Foucault (2010, p.132) afirma que “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado.” Consoante aos ensinamentos pastorais do protagonismo juvenil, o jovem exercerá, também, o papel de pastor uma vez que terá o poder de ação sobre os demais jovens. Após aceitar ser conduzido, ele conduzirá condutas, ou seja, ao se constituir como sujeito da pastoral, ele atuará para que outros jovens, também, possam “entrar no rebanho”.

Notamos que o jovem evangelizador, seja da Pastoral da Juventude, seja de outro segmento de evangelização (católico ou não) transforma sua identidade ao se

⁴ Sobre o Poder Pastoral Foucault (1995, p.237) afirma que: “O poder pastoral não é simplesmente uma forma de poder que ordena; deve também estar pronto a sacrificar-se pela vida e salvação do rebanho. Nisto, distingue-se, portanto, do poder do soberano que exige um sacrifício da parte dos seus sujeitos a fim de salvar o trono. É uma forma de poder que não se preocupa apenas com o conjunto da comunidade, mas com cada indivíduo particular, durante toda a sua vida. Enfim, esta forma de poder não se pode exercer sem conhecer o que se passa na cabeça das pessoas, sem explorar as suas almas, sem as forçar a revelar os seus segredos mais íntimos. Implica um conhecimento da consciência e uma aptidão para a dirigir. Esta forma de poder é orientada pra a salvação (por oposição ao poder político). Ela é oblativa (por oposição ao princípio da soberania) e individualizante (por oposição ao poder jurídico). Ela é coextensiva à vida e no seu prolongamento; ela está ligada a uma produção de verdade - a verdade do indivíduo sobre ele mesmo.”

inserir na organização e se colocar a serviço dela. Nesse contexto, o jovem (re)constrói sua identidade e se coloca a serviço de uma causa.

O documento 44: perspectivas de construção de uma identidade religiosa

Tendo em vista as discussões supracitadas, a PJ cria, em 1986, o documento 44⁵ que é concebido como uma proposta de evangelização especificamente voltada para o trabalho com a juventude⁶. Esse documento é elaborado em um contexto de fortes mobilizações políticas no Brasil, pois, no início da década de 1980, o país passava pelo processo de redemocratização, momento em que a Igreja Católica – por meio de sua ala progressista – via a possibilidade de concretizar teorias/lutas encampadas durante o regime militar.

Atendendo à opção preferencial pelos pobres e pelos jovens, assumida pela Igreja Católica, na III Conferência Episcopal Latino-americano realizada em Puebla (México) em 1979, a PJ assume trabalhar com os jovens empobrecidos, marginalizados, conforme explicita o documento 44 (CNBB, 1986). Fica visível, no texto do documento, que há um sujeito desejado que a Pastoral quer construir e/ou atingir, identificando-o como aquele que está à margem da sociedade, conforme excertos no quadro abaixo. Na primeira coluna, encontra-se a caracterização do jovem concebida pela PJ; na segunda, a ação pastoral e, na terceira, o perfil identitário desejado pela instituição.

DEFINIÇÃO DO JOVEM	PROPOSTA DE MUDANÇA	PERFIL IDENTITÁRIO DESEJADO
Os jovens se encontram na etapa em que se fazem as grandes opções , que decidem o futuro de sua vida. (p. 8) Os jovens são as grandes vítimas de uma estrutura	- A Igreja apoiará os jovens, principalmente das bases populares , a tomarem consciência de que são marginalizados por estruturas sociais desagregadoras (DG 119 <i>apud</i> CNBB, 1986, p.10);	Os jovens são, pois, convocados a desenvolver um amor pessoal e comunitário cada vez maior a Jesus Cristo, consagrando a própria vida à construção do Reino de Deus . (p.17); - Unidos em torno de seus Pastores, e

⁵ A Conferência nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) vê na elaboração de documentos uma maneira de tornarem públicas e conhecidas as discussões e as definições que acontecem no campo da hierarquia católica. Com isso, as publicações desta entidade são frutos de reflexões, discussões e decisões que surgem a partir de assembleias, reuniões e/ou encontros dos líderes católicos responsáveis pela articulação do saber católico.

⁶ Em 1985 durante a 23ª Assembleia Geral da CNBB foi definido o tema “Juventude” para campanha de evangelização da PJ. A elaboração do documento contou com a participação dos próprios jovens, dioceses envolvidas e, “após a incorporação das emendas sugeridas pelos bispos, a redação final foi aprovada pela CEP (Comissão Episcopal de Pastoral-CNBB), em reunião realizada nos dias 27 a 29 de maio de 1986” (CNBB, 1986, p.5).

<p>social injusta: “jovem mão-de-obra barata; repressão por parte da sociedade; não-participação do jovem nos processos decisórios da sociedade e da Igreja; [...] avanço do espírito consumista, que tem a juventude como alvo preferido, [...] êxodo rural de jovens, contravalores enaltecidos pelos MCS. (DG, 111 <i>apud</i> CNBB, 1986, p.8);</p> <p>- A maior parte dos “criminosos” [...] são jovens [...], há muitos jovens indígenas, campo-neses, mineiros, pescadores e operários que, por sua pobreza, se vêm obrigados a trabalhar como adultos. [...] A concentração da terra e dos meios de produção condena um grupo de jovens ao desemprego na cidade ou nos campos. (p.9)</p> <p>- Inúmeros jovens cedem ao desespero e entregam-se ao jogo, álcool, drogas e outros vícios. (p.9)</p>	<p>- É necessário formar os jovens de maneira gradual, para a ação sociopolítica e para mudanças de estruturas, de menos humanas em mais humanas, segundo a Doutrina Social da Igreja (DP 1196 <i>apud</i> CNBB, a986, p.14);</p> <p>- É necessário formar os jovens de maneira gradual, para a ação sociopolítica e para mudanças de estruturas, de menos humanas em mais humanas, segundo a Doutrina Social da Igreja (DP 1196 <i>apud</i> CNBB, a986, p.14);</p> <p>A PJ quer oferecer elementos e condições para que os jovens possam conhecer e aderir livre e conscientemente a Jesus Cristo e a seu projeto para se tornarem agentes evangelizadores na Igreja e na Sociedade. A PJ quer descobrir sua identidade e missão à luz da verdade sobre Jesus Cristo, a Igreja e o homem. (p.16)</p>	<p>abertos às suas orientações, os cristãos se tornam sinal da unidade de todos os homens. (p.17);</p> <p>- É necessário que a presença cristã não se contente em representar-se politicamente pelo voto, mas assuma o compromisso profético-transformador. (p.35)</p> <p>Este aprofundamento leva a um sadio pluralismo de opções partidárias que, enriquecendo o debate e a convivência, evita um fanatismo partidário sem a dimensão da relatividade de qualquer instrumento histórico. O que une os jovens da Pastoral da Juventude é o projeto do Evangelho e não um projeto político exclusivo, por melhor que seja. (p.35)⁷</p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Há, no quadro supra, a presença de ideais da Teologia da Libertação cujos pressupostos influenciaram a prática discursiva da PJ, especialmente na década de 1980, quando esta Teologia, ainda, era aceita pela cúpula da Igreja Católica. Ao assumir que deseja evangelizar o “jovem marginalizado”, a Pastoral afirma que há outros jovens não marginalizados, que há um sistema que exclui alguns jovens, simultaneamente. A PJ estabelece a existência de identidades e de diferenças entre a juventude, conforme podemos notar nos enunciados: “Há também o desafio daqueles jovens, nascidos em ambiente de conforto, mergulhados no consumismo” (CNBB, 1986, p.9).

Nota-se nos trechos citados, a opção por jovens excluídos socialmente, seja pelo aspecto financeiro, pelo vício ou pela criminalidade. Tal “escolha” vincula-se tanto a um projeto social da Igreja de opção pelas classes populares quanto ao uso de uma estratégia que vê os “marginalizados/excluídos” como alvo fácil, cuja identificação com uma proposta de “salvação” pode funcionar de forma incisiva.

⁷ Grifos nossos. Este quadro foi elaborado a partir de enunciados extraídos da obra “Pastoral da Juventude no Brasil” – Coleção Estudos da CNBB 44 (CNBB, 1986) para efeito de análise neste artigo.

Na primeira coluna, deparamo-nos com várias generalizações construídas sobre o jovem, definindo-o como alguém que precisa ser conduzido e guiado em um caminho seguro, no caso religioso. Não podemos ignorar o enunciado “Pastoral da Juventude” que nomeia esse segmento da Igreja e atua junto à juventude como forma de conduzi-los no caminho religioso, desde que estejam “unidos em torno de seus Pastores, e **abertos às suas orientações**, os cristãos se tornam sinal da unidade de todos os homens.” (CNBB, 1986, p.17, grifo nosso). Como forma de construção desse projeto, a Pastoral objetiva o jovem como marginalizado, apto à criminalidade e à exclusão social como forma de fazer com que o jovem se reconheça nessa identidade e deseje dela sair. Há uma proposta de poder instaurada neste documento que visa a governar/pastorear a juventude, orientando-a para a missão religiosa.

Ainda sobre o quesito marginalização, deparamo-nos com uma concepção fechada de juventude, vista como um bloco homogêneo aglomerando todos os jovens nas mesmas condições. Nesse caso, a Pastoral da Juventude será a possibilidade de mudar essas condições juvenis, pois ela quer “apoiar a juventude”, “oferecer formação gradual”, “segundo a Doutrina Social da Igreja” (DP 1196 *apud* CNBB, 1986, p.14). Com isso, instaura-se um processo de construção de subjetivação do jovem que esteja “aberto” e aceite “o convite” da Pastoral e se constitua enquanto sujeito que assuma essa identidade como sua.

Ao fazer parte da Pastoral “Os jovens são, pois, convocados a desenvolver um amor pessoal e comunitário cada vez maior a Jesus Cristo, consagrando a própria vida à construção do Reino de Deus.” (CNBB, 1986, p.17). Há nesse fragmento, e no documento em geral, a materialização de um discurso salvífico, característico do discurso religioso, cuja ênfase recai na construção de uma identidade religiosa corporificada em torno de um projeto cristão de condução e salvação das almas, nesse caso, a juventude “marginalizada”.

Ao objetivar o jovem como marginalizado, sem participação na sociedade ou “como vítimas de uma estrutura social injusta”, a PJ classifica e atribui ao mesmo uma identidade que precisa ser mudada, e a opção é assumir-se como integrante dessa instituição e reproduzir o discurso da pastoral. Nesse caso, temos um processo de objetivação e de subjetivação marcados pelos mecanismos de classificação ou definição de um perfil identitário generalizado (primeira coluna) que precisa ser mudado e atenda aos postulados da pastoral.

Dizer que as identidades são construídas por meio de “atos de criação linguística” significa dizer que elas não são objetos da natureza e nem essências, mas posicionamentos assumidos historicamente. De acordo com os pressupostos foucaultianos, o sujeito é historicamente construído, de acordo com a posição que ocupa. Por esse motivo, elencamos o par objetivação/subjetivação como forma de refletir sobre os dois movimentos presentes no documento 44. O primeiro define/nomeia; o segundo pode levar a mudança identitária.

Conforme os postulados da obra analisada, os jovens devem se tornar os “apóstolos dos jovens” para atuarem entre eles considerando o ambiente social onde vivem, para assim, constituírem-se sujeitos da evangelização no próprio espaço de convivência dos jovens, oferecendo condições para que eles recebam uma formação integral e assim se identifiquem com a PJ e contribuam para a construção de novas identidades jovens cristãs.

É importante observar que este jovem transformado, pautado nessa formação discursiva cristã, deverá transformar o seu espaço de convivência. Ao assumir uma nova identidade, constituindo-se enquanto sujeito da Pastoral, esse jovem será o protagonista de outra ação evangelizadora. Foi evangelizado e pode se tornar evangelizador, alterando sua posição de sujeito dentro da instituição. Nesse sentido, o jovem tornar-se-á instrumento de evangelização, fazendo eclodir os ideais da Pastoral em diferentes espaços.

Concernente às identidades, Hall (2011, p.109) diz que estas “são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas.” Pautando nos dizeres de Hall sobre as identidades, podemos observar que a PJ é uma instituição cujas práticas discursivas e estratégias de evangelização constroem identidades, visando uma transformação social que passa pela inserção de valores cristãos católicos na sociedade, em vista de uma nova aprendizagem social. Então, O discurso Pastoral é o “discurso do sonho” que tenciona encantar o jovem com a proposta da igualdade. Por este encantamento, o jovem pode se identificar com a PJ, colocando-se a serviço da instituição. Dessa forma, tornar-se-á útil à sociedade, à Igreja e à PJ.

Pautado nos estudos foucaultianos, Hall (2011, p.120) afirma que “o sujeito é produzido ‘como um efeito’ do discurso e no discurso, no interior de formações

discursivas específicas, não tendo qualquer existência própria. [...] os discursos constroem por meio de suas regras de formação e de suas ‘modalidades de enunciação’ – posições de sujeito.”

Para finalizar: identidades (re)construídas na Pastoral da Juventude

As relações de poder incidem sobre o sujeito, levando-o a se posicionar diante de determinadas situações, imposições, coações produzidas socialmente. Tais posicionamentos corroboram construções identitárias, uma vez que o sujeito pode ou não se constituir como sujeito de uma dada subjetividade, seja ela religiosa, política etc. Assim, do ponto de vista da PJ, o sujeito jovem, inscrito na Formação Discursiva (FD) cristã, pode se reconhecer (subjetivar-se) nessa identidade, instaurada no processo de evangelização da Pastoral no qual os jovens são formados dentro de uma doutrina que passam a acreditar e reproduzir.

O objetivo desta definição identitária é ressignificar valores culturais para colocá-los a serviço da Igreja e da sociedade em busca de recuperar fiéis (arrebatar ovelhas) perdidos ao longo de anos, bem como retomar o espírito de luta pelos direitos da juventude como ocorrera na década de 1960 e 1970. É um convite para que o jovem seja sujeito, que exerça poder e tenha condições de atuar criticamente na sociedade.

A evangelização através do processo de formação pastoral visa a dar uma outra identidade ao jovem, assumindo outra postura em relação à sociedade.

Segundo diz Hall (2011, p. 112) “as identidades são as posições que o sujeito é obrigado a assumir, embora ‘sabendo’ [...] que elas são representações, que a representação é sempre construída ao longo de uma ‘falta’, ao longo de uma divisão a partir do outro [...] elas não podem, nunca, ser ajustadas – idênticas – aos processos de sujeito que são nelas investidos.” Foucault reforça, em seus escritos, a condição do governo de consciências tendo como base a relação das subjetividades e verdade. O filósofo refere-se ao cristianismo como aquele que obriga o indivíduo a cumprir deveres e crenças cujas decisões não dependem de si, mas das relações engendradas na/pela Igreja. Embora, reconhecidamente, a PJ ofereça um processo de formação que permite ao jovem uma tomada de consciência de suas ações, isto será possível se este cumprir as regras determinadas pela Pastoral. Os jovens se inserem numa complexa rede de poderes da qual e pela qual se constituem enquanto sujeitos, ora submissos ora resistentes, mas sujeitos que se reconhecem neste lugar, identificam-se com a Pastoral.

Pautado nos construtos teóricos de Hall (2011) e Silva (2011) abordamos a construção das identidades construídas nos ensinamentos da Pastoral da Juventude. Nota-se que os jovens, uma vez membros da PJ, são modelados, treinados, obedientes e tornam-se hábeis ao exercício das funções às quais são destinados. No caso específico da PJ, os jovens serão disponibilizados ao exercício do protagonismo juvenil frente à evangelização de outros jovens.

Referências

CELAM. *Civilização do amor: tarefa e esperança*. Orientações para a Pastoral da Juventude Latino-americana. São Paulo: Paulinas, 1997.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – CNBB. *Pastoral da Juventude no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986. (Coleção Estudos, n. 44)

ESTEVES, L.C.G.; ABRAMOWAY, M. Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: ANDRADE, E.R.; ESTEVES, L.C.G.; ABRAMOWAY, M. (org.). *Juventude: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília. Ministério da Educação. Secretaria de educação continuada, educação e diversidade. UNESCO, col. Educação para todos. 2007, p. 19-54 ISBN 978-85-98171-71-5. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154580por.pdf>

FERNANDES, D. *Juventudes e religião: contribuições a partir da geografia da religião*. I Seminário de pesquisa Juventudes e cidades. Juiz de Fora-MG. Universidade Federal de Juiz de Fora Juiz de Fora - 06 a 07 de outubro de 2011. Disponível em: <http://www.ufjf.br/juventudeseidade/files/2011/09/JUVENTUDE-E-RELIGI%C3%83.pdf> acesso em 14 de abril de 2013.

FOUCAULT, M. Dois ensaios sobre o sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. e RABINOW, P. *Michel Foucault*. Uma trajetória filosófica. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p.231-249.

_____. Os corpos dóceis. In: _____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 34 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 131-163.

GREGOLIN, M. do R. V. *Foucault e Pêcheux na Análise de Discurso: diálogos & duelos*. São Carlos: Claraluz, 2004.

_____. Identidade: objeto ainda não identificado? In: *Estudos da Língua(gem)*. Vitória da Conquista, V. 6, nº 1, p. 81-97, 2008.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. Quem precisa da Identidade? In: SILVA, T. T. (org.). *Identidade e diferença – a perspectiva dos Estudos Culturais*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MALDIDIER, D. *A inquietação do discurso*. (Re)ler Pêcheux Hoje. Tradução Eni P. Orlandi. Campinas: EDUNICAMP, 2003.

NAVARRO, P. Discurso, história e memória: contribuições de Michel Foucault ao estudo da mídia. In: TASSO, I. (org.). *Estudos do texto e do discurso: interfaces entre língua(gens), Identidade e memória*. São Carlos-SP: Claraluz, 2008.

NOVAES, R. Jogos de espelhos Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. Disponível em: <http://portalyah.com/facj/files/2011/09/Juventude-e-Sociedade-Regina-Novaes.pdf> acesso em: 03 de abril de 2013.

PÊCHEUX, M. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Traduzido por Jonas de A. Romualdo. Campinas, Ed. da Unicamp, 1993.

ROLNIK, S. Toxicômanos de identidade: subjetividade em tempo de globalização. In: LINS, D. (org.) *Cultura e subjetividade*. Saberes Nômades. Papyrus, Campinas 1997. Disponível em: <http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/Toxicoidentid.pdf> acesso em 10 de abril de 2013.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. *Identidade e diferença – A perspectiva dos Estudos Culturais*. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (org.). *Identidade e diferença – A perspectiva dos Estudos Culturais*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.